

O mercado de hortaliças e a cadeia. A intensa vida social em um pequeno espaço da cidade. Campinas, século XIX.

Valter Martins*

Resumo: Inaugurado em 1871, o mercado de hortaliças de Campinas ficava em frente à cadeia. No centro da cidade, em um lugar coberto e fechado, o poder municipal esperava ordenar, controlar e melhorar o comércio de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Frequentado pelas classes populares, com seus modos, falas e atitudes conferiam àquele espaço um cotidiano de intensas relações sociais. Movimentado, o mercado de hortaliças herdou várias normas do mercado municipal como a proibição de gente desocupada, algazarra e “atentados contra a moral pública” em suas dependências, normas que nem sempre eram respeitadas. Este trabalho apresenta aspectos de um espaço público multifacetado, marcado pelos contrastes entre os desígnios das autoridades municipais e as práticas culturais das classes populares nas últimas décadas do século XIX.

Palavras chave: abastecimento urbano; mercado de hortaliças; Campinas

The vegetables market and the jail.

The intense social life in a small area of the city. Campinas, XIXth century.

Abstract: Opened in 1871, the market for vegetables of Campinas stood in front of the jail. Downtown, in a covered and closed place, the city power hoped to order, control and improve the trade in foodstuffs of prime necessity. Attended for the popular classes, with their speech and attitudes gave to that area an everyday of intense social relations. Busy, the market for vegetables inherited several rules of the municipal market like the prohibition of vacant people, rattle and "offenses against public moral" in its dependencies, rules which were not always respected. This paper presents aspects of a multifaceted public space, marked by contrasts between the intentions of the municipal authorities and the cultural practices of popular classes in the last decades of the nineteenth century.

Keywords: urban supply; vegetables market; Campinas

* * *

Desde os tempos das “casinhas”, construídas pela câmara municipal em 1819 para abastecer a cidade com carne verde e cereais, as pessoas que tinham hortas em seus sítios, chácaras e quintais, comercializavam verduras e legumes junto àquele local, ao ar livre. Com a conclusão do primeiro mercado em 1861 as casinhas foram arrendadas e em seu espaço foram proibidos os açougues. No entanto, o comércio de verduras e legumes, aos quais juntavam-se as quitandas, permaneceu ali, nas calçadas da rua General Osório (anteriormente chamada rua das Casinhas), entre as ruas Direita e do Comércio.

Em 1871 a câmara municipal de Campinas deliberou criar um mercado para o comércio de hortaliças. O local escolhido para construí-lo era próximo das antigas casinhas, na esquina da rua do Comércio com rua da Cadeia.¹ Em termos de localização, mercado de hortaliças pouco alterou o trajeto dos consumidores e comerciantes dentro da cidade. A diferença ficava por conta daquele comércio deixar de acontecer ao ar, nas ruas, para ocorrer em um lugar coberto e fechado, sujeito a um regulamento e horários que deveriam ser cumpridos por todos.

Ao retirar os tabuleiros de hortaliças e quitandas dos passeios da rua General Osório a câmara buscou não apenas facilitar a circulação na área central mas organizar e controlar aquele tipo de comércio dentro da cidade, praticado em grande parte por pequenos agricultores, mulheres, escravos e forros. Em um recinto fechado, esperava-se uma maior racionalidade no comércio e maior comodidade para comerciantes e consumidores, abrigando as perecíveis mercadorias das intempéries. O lugar do novo mercado, em princípio, tinha tudo para conferir ao mesmo um cotidiano bastante vigiado. Ficava no Largo da Cadeia, em frente à mesma. A cadeia tinha variadas funções. Além de depositária dos transgressores da lei, abrigava as sessões da câmara municipal. Quando necessário, o tribunal do júri ocupava a sala da câmara. O correio ocupava uma de suas salas. Como não havia um local apropriado na cidade, os loucos mais agressivos eram trancafiados ali, onde permaneciam semanas aguardando transferência para o Hospital de Alienados da capital.² Essa prática dava ocasião a cenas constrangedoras:

Em um dos quartos da cadeia que deitam para a rua do mesmo nome [em frente ao mercado de hortaliças], acha-se um infeliz indivíduo louco que aparece às grades completamente nu e descompondo todos que passam, de maneira a chamar a atenção da vizinhança que se incomoda com esse triste e ao mesmo tempo imoral espetáculo. A quem compete, pede-se as necessárias providências pois talvez seja possível mudar da prisão aquele infeliz.³

No Largo da Cadeia ocorria o comércio de capim para alimentar os animais que puxavam os carros e carroças na cidade. Por isso, o Largo da Cadeia era conhecido também como Largo do Capim. O artigo 26 das posturas municipais de 1872 determinava: “fica permitido aos vendedores de capim expô-lo à venda no mesmo edifício [do mercado de hortaliças] das quatro horas da tarde em diante, com a condição de fazer diariamente à sua custa a limpeza do edifício, cujo serviço será fiscalizado pelo fiscal da paróquia. Não é permitido aos mesmos estacionarem nas ruas sob a multa de 5\$000 rs”.⁴ O capim era comercializado em um horário no qual as hortaliças e verduras já deveriam ter sido vendidas.⁵

O edifício do mercado de hortaliças “consiste de um telhado de 4 faces sustentado por 16 pilastras de tijolos com grade de ferro ao redor e com as bancas necessárias em seu interior”. Para organizar e melhor aproveitar seu espaço interno, em 1876 o vereador Rafael de Abreu Sampaio sugeriu que a cada comerciante fosse concedida uma área de 1 metro quadrado para expor sua mercadoria, sendo tudo organizado de acordo com o regulamento.

Enquanto edifícios públicos, os mercados constituíam fontes de renda e despesas para os cofres municipais. No ano de 1878 o rendimento médio do mercado de hortaliças foi de 540\$000 réis, informou o procurador da câmara, Francisco Alves de Almeida Sales ao Diretor Geral da Estatística do Império.⁶ A arrecadação do mercado de hortaliças certamente não andava a contento, na opinião das comissões de ofícios e de obras públicas da câmara. Em janeiro de 1880, essas comissões propunham um aumento de 50% nos valores das licenças concedidas para comércio naquele estabelecimento.⁷ A proposta tornou-se uma realidade e, para complicar a vida dos quitandeiros e quitandeiras, posteriormente a câmara estabeleceu o horário de 14 horas para o fechamento do mercadinho, a fim de que o mesmo fosse varrido e limpo na presença do fiscal. No início do ano seguinte, Angelo Maricoveto, José Perro e mais 11 quitandeiros, oficiaram à câmara solicitando a redução do imposto das bancas, que o horário do comércio voltasse a ser estendido pelo menos até 17 horas e permissão para conservarem fogo alimentado por carvão dentro do mercadinho. Pediam também a atenção da câmara para que “não sejam consentidos a negociar ali senão os que pagam impostos”. O mercado de hortaliças era um território disputado e caro, e os comerciantes procuravam defendê-lo contra os concorrentes que não pagavam a indigesta licença. O procurador da câmara solicitou, em janeiro de 1881, que a mesma determinasse o “preço de cada palmo de área do mercadinho (...) a fim de se poder tratar da arrecadação no corrente ano”. O valor do palmo de chão ocupado foi estabelecido em 10\$000 réis.⁸

Protestando contra o aumento do valor das licenças para o mercado de hortaliças os comerciantes foram à greve. Abandonaram o mercado por dois dias, deixando-o vazio. A diferença de preço entre a licença nova e a antiga era grande e tanto verdureiros como quitandeiras “entenderam que o imposto era absurdo”. Ao retornarem ao trabalho no mercadinho, muitos comerciantes passaram a permanecer ali somente até às 9 horas da manhã, “assim, em vez de pagarem 120\$000 réis por ano, pagam somente 5\$000”.⁹

Os comerciantes do mercado de hortaliças não se contentaram em fazer greve e enviar um ofício à câmara. Foram à imprensa apresentar suas queixas e criticar o autor das mudanças impopulares: Francisco Glicério - “Qual a razão da elevação da licença dez vezes mais do que era? O que fica sendo e fazendo, o que a isso se sujeitar, todos os dias, depois das duas horas?

Responda, cidadão? O Garibaldino”.¹⁰ O autor da nota ironizou Glicério, do Partido Republicano, ao utilizar o termo “cidadão”, empregado pelos republicanos para aludir a igualdade entre brasileiros que a monarquia diferenciava, e ao assinar com pseudônimo “o Garibaldino”, referência ao “farrapo” Giuseppe Garibaldi. A nova tarifa afetava diretamente a já difícil vida de homens e mulheres pobres que trabalhavam no mercadinho, entre eles negros e imigrantes.

A “espontaneidade” do mercado de hortaliças parecia incomodar o vereador Francisco Glicério. Alguns meses depois de aumentar o valor das licenças, Glicério voltou a ocupar-se do mercadinho sugerindo sua padronização interna. Indicou que a câmara mandasse fazer as mesas necessárias para exposição e venda dos gêneros alimentícios, proibindo a partir de então o uso de “caixões e bancas”. A indicação de Glicério foi aprovada, criando mais despesas e dificuldades para os comerciantes.¹¹

A câmara municipal não se preocupou apenas com a organização, estética e arrecadação do mercadinho. A exemplo do mercado grande, seu regulamento também proibia o “ajuntamento de pessoas livres ou escravas que não estiverem comprando ou vendendo”, e “fazer motim, algazarra, alarido ou qualquer outra coisa que incomode a moral pública”. Os comerciantes e freqüentadores do mercado de hortaliças que se comportassem porque, caso provocassem tumultos, ofendessem a moral pública ou incomodassem a vizinhança, estariam sujeitos a multas de 30\$000 réis e penas de 3 a 8 dias de cadeia.¹²

Preocupadas em manter a ordem e a moralidade, as autoridades municipais não conseguiam sequer manter a segurança no mercadinho, quer de dia, quer de noite.¹³ Pouco tempo depois de aberto ao público, o mercadinho já apresentava um movimento que nada tinha a ver com o abastecimento urbano. Durante a noite, muitas pessoas o utilizavam como refúgio. Faziam fogo, cozinhavam e produziam variados tipos de detritos, que deixavam mau cheiro e trabalho extra para os comerciantes na manhã seguinte. Naquele ambiente camuflado pela escuridão, aconteciam também os “ajuntamentos ilícitos” que pareciam não incomodar nem um pouco a guarda da cadeia bem em frente.¹⁴ O “despudorado” movimento noturno do mercadinho motivou reclamações nos jornais campineiros.¹⁵

O interesse dos policiais no mercadinho era bem conhecido. Sua grande admiração pelas quitadeiras ali reunidas, fazia com que se tornassem os primeiros a esquecer os artigos do regulamento proibindo certas decomposturas. Um ofício da câmara municipal ao delegado, pedindo mudança nas atitudes de seus subordinados é bastante revelador das múltiplas faces daquele espaço público:

Exmo. Sr., a câmara municipal, em sessão de ontem, resolveu pedir a V.S. que se digne tomar providências no sentido de obstar que os soldados que fazem a guarda da cadeia, continuem com o abusivo escândalo de entreter com as quitadeiras do mercado de hortaliças escandalosas práticas, não só de dia, como de noite, tornando deste modo um lugar feito para cômodo público em um foco de imoralidade. Muitas são as reclamações de particulares sobre este fato, razão porque a câmara tomou esta resolução, visto ser a fiscalização daquele edifício de sua competência, e só V.S., com sua autoridade, pode evitar tais inconvenientes.¹⁶

Pelo visto, não era apenas à noite que “práticas escandalosas” aconteciam no mercadinho, e com a ativa participação dos responsáveis pela manutenção da ordem e decoro públicos. Durante a noite, o mercadinho parecia ser freqüentado também por outras “quitadeiras”, ou seriam as mesmas?

Nem sempre as noites do mercadinho inspiravam romances. Contando com os “cochilos” dos policiais, com sua conivência e até mesmo com sua participação direta, certos “fregueses” notívagos visitavam o mercadinho com razoável freqüência. Diante do desaparecimento de legumes, quitandas e dinheiro de suas bancas no mercadinho, as queixas dos comerciantes eram constantes.¹⁷

Lugar de atração e passagem, no mercadinho encontravam-se tantos tipos de pessoas quanto de hortaliças. A confusão de bancas, consumidores, mercadorias e simples observadores, mais ou menos ocupados, ocultava também quem fazia questão do anonimato. Em pleno domingo, 19 de outubro de 1884, por ordem do juiz Torlogo de Camargo Dauntre, foi preso no mercado de hortaliças Joaquim Antonio Pereira, vulgo Joaquim Mineiro, acusado por assassinato no município de Casa Branca. Mineiro acabou reconhecido por moradores daquela cidade em visita a Campinas, que o denunciaram à polícia.¹⁸

O nada monótono cotidiano do mercadinho era palco de cenas as mais variadas, algumas inusitadas. Com uma galinha em punho, o italiano Juane Margane tentava provar a um comerciante sua perícia em matar aves usando apenas as mãos. A atrapalhada demonstração de Margane fora inspirada pela cachaça e, “a polícia com toda a amabilidade, ofereceu-lhe uma cama onde pode acalmar as belicosas tentações, roncando em todos os tons”.¹⁹ Em um sábado, pelas 8 horas da manhã, um rapaz, caixeiro em um estabelecimento comercial, dirigiu-se ao mercado de hortaliças para trocar uma cédula de 20\$000 réis. Ali encontrou o italiano Mussei Puertió, vendedor de peixe que se prontificou a trocar o dinheiro. De volta ao seu trabalho, verificou que portava apenas 10\$000 réis. Acompanhado de um policial, o caixeiro retornou ao mercado onde Puertió acabou obrigado a restituir os 10\$000 réis surrupiados.²⁰

Além das hortaliças, frutas, quitandas, aves, peixes e capim, os freqüentadores do mercadinho encontravam também pássaros para gaiolas como cardeais “a preços módicos”. Era possível também amolar facas, tesouras, navalhas e outros instrumentos cortantes na banca do Pascoal, “um moço gordo” que dizia trabalhar “bem e barato”. Pascoal não fazia muita distinção entre trabalho e prazer e, como qualquer pessoa, tinha lá suas preferências. No que dizia respeito às mulheres, nutria grande admiração “pelo belo sexo etíope”. Certa feita, começou “a abraçar todas as damas que achavam-se ali. A polícia, que não gosta destas expansões líricas, fez recolher Pascoal ao xadrez, onde, aos poucos, esfriou aquele entusiasmo”.²¹

O trabalho no mercadinho podia ter seus inconvenientes. Além de problemas com gatunos e licenças caras, o fiscal da cidade podia criar contratemplos, como ocorreu com os vendedores de capim. Aquela atividade era exercida principalmente por negros forros e, em janeiro de 1875, Adriano, Paulo Miguel e outros libertos, enviaram à câmara um requerimento solicitando permissão para continuarem guardando no mercadinho o capim não vendido para o dia seguinte, “como sempre fizeram”, e que o fiscal havia proibido.²² A câmara apoiou seu funcionário e indeferiu o pedido dos libertos, que nem por isso deixaram de vender capim no mercadinho. Aquela fatia do restrito mercado de trabalho livre, não poderia ser desprezada por aqueles que viviam de seu próprio suor. Diante da restrição do fiscal e da necessidade de continuar trabalhando, os vendedores de capim acabaram se adaptando às novas condições, abrindo mão de algumas comodidades para garantir sua sobrevivência.

As pessoas que se dirigiam ao mercado de hortaliças para suas compras, necessariamente passavam pela cadeia. Nesse ir e vir cotidiano de consumidores, comerciantes ou simples transeuntes, era comum que os presos se comunicassem com o público. O lado preferido dos presos era o mesmo apreciado pela polícia, aquele que dava vista para o mercado de hortaliças. O movimento das trocas e das pessoas, o ruído dos pregões e especialmente os meneios das quitandeiras, tornavam as horas menos lentas. No entanto, o passatempo dos presos bem como suas conversas com os que estavam do lado de fora acabaram proibidos pela câmara municipal. Em 1873, por indicação do vereador Bento Quirino dos Santos, as janelas do pavimento térreo da cadeia que tinham frente para o mercadinho foram reduzidas por paredes de tijolos, feitas “por dentro das grades e em altura suficiente que, impeça a comunicação dos presos com o público”.²³

Essa preocupação com o contato dos presos com o exterior, principalmente no lado do mercado tinha razões práticas. Os verdureiros, quitandeiras e público em geral, certamente sentiam-se incomodados com os gracejos, xingamentos, gritos de protesto e pedidos variados

dirigidos a eles pelos detentos.²⁴ Quem sabe, até mesmo planos de fuga fossem arquitetados junto às grades. Tempos depois, as reduzidas janelas das celas no lado do mercadinho passaram a ser fechadas por completo durante o dia com tapumes de madeira, tornando piores ainda as péssimas condições sanitárias no xadrez, o que gerou grande descontentamento. Em 1882, as queixas dos presos chegaram à redação do **Diário de Campinas** que denunciou a situação no cárcere e pediu providências ao delegado.

Por ordem da autoridade são fechadas as janelas que dão para o mercadinho durante o dia, resultando que os nove que lá se acham quase sufocam, em virtude da imundície e do calor do sol que bate constantemente nas janelas que dão para a praça da matriz velha. De noite, segundo ordem da autoridade, as janelas ficam abertas, ficando os presos expostos ao frio e ao vento. Dizem-nos mais que, até a água é por eles comprada aos barris.²⁵

A área do Mercado de Hortaliças parecia concentrar problemas. Se até mesmo os que estavam presos preocupavam, que dizer dos que estavam nas ruas? Por ali circulavam muitos escravos domésticos que faziam compras para seus senhores ou que vinham das fazendas com alguma obrigação. Entre uma e outra tarefa na cidade ou em momentos de folga, os escravos paravam em algum de seus pontos de encontro, vários deles vizinhos ao mercadinho. Eram verdadeiros territórios negros na malha urbana sob a forma de botequins e cortiços. Naqueles lugares seus freqüentadores ficavam mais à vontade, como se fossem livres. Assunto por certo não faltava, especialmente se havia tempo e dinheiro para um copo de “parati”: os rendimentos do “ganho”; a quantas andava o pecúlio; um quarto de cortiço bom, barato e bem localizado; o senhor velho, doente e cheio de pecados que fez testamento; os castigos do feitor na fazenda e o desejo de vingança; a novidade mais importante do mundo: uma linda “escravinha” chegada há pouco do norte.

Durante aqueles breves intervalos de liberdade, as vozes tantas vezes contidas, ecoavam estridentes pelo ar. Apesar da condição escrava ser comum a muitos dos que se reuniam naqueles lugares, nem sempre reinava um clima de paz e fraternidade. Vez ou outra, seu movimento incomodava a vizinhança e acabava execrado nas páginas dos jornais.

Há em frente ao mercadinho uma baiúca pertencente a um indivíduo de nome Manoel Quirino, onde se reúnem ordinariamente escravos e ali fazem algazarra atrozadora. Na tal baiúca, joga-se e armam-se rixas a cada passo. O Sr. delegado já fez recomendação especial à guarda da cadeia para impedir que continuem as brigas e jogatina, porém, até agora a referida guarda nada tem feito e as coisas estão no mesmo estado” ou “será possível a polícia não ver o deboche que se pratica entre negros e negras cativos em um quarto na rua da América, em frente ao mercadinho? Pois vão para ali e passam quase todo o dia pintando o sete, faltando com as obrigações aos seus senhores (...) de certo a polícia anda dormindo ou faz parte do pagode.²⁶

A escravidão era cruel mas os escravos sempre encontravam maneiras criativas de fruírem as boas coisas da vida dentro de suas possibilidades, pelo menos por alguns momentos. O prazer e a alegria em suas variadas formas, não deixavam de constituir um meio de subversão da ordem escravista. Isso era motivo mais que suficiente para que tais locais de reunião fossem suspeitos aos olhos das autoridades. No mercadinho existia uma ordem que se buscava impor, o que não impedia a ocorrência de brigas, furtos e discussões. Tal situação, marcada pelas transgressões, deixava ainda mais explícito o efervescente cotidiano de suas proximidades.

Apesar de ter seu regulamento o mercado de hortaliças não tinha um inspetor próprio sempre presente para tentar fazê-lo cumprir. A vigilância do mercadinho era mais um dos incontáveis encargos do fiscal municipal que não tinha tempo de estar ali o tempo todo.

O fato de não existir quem se ocupasse exclusivamente da fiscalização do mercadinho, além de facilitar as constantes quebras do regulamento contribuiu para o grande desmazelo dos comerciantes e quitandeiros com relação à limpeza do prédio. “Dizem-nos que há falta de asseio na praça do mercadinho. Seria bom que o Sr. fiscal desse por ali alguns passeios”. O fiscal municipal por certo fazia suas visitas ao mercadinho cobrando cuidado na limpeza mas seu trabalho era vão.

O lixo produzido não tinha destino dos mais adequados. “As ruas que cercam o nosso imundo mercadinho, estão sempre sujas de cascas de toda a espécie e de águas servidas que não são quase nunca retiradas daquele local. É lastimoso ver esta coisa no centro da cidade. Porque não há de o Sr. fiscal zelar pela limpeza desse lugar onde ela deve ser mais ativa?”²⁷

Os moradores e casas comerciais da rua do Comércio, situadas abaixo do mercadinho, eram os mais prejudicados com aquela situação, agravada sobremaneira nos dias de chuva. Os comerciantes desenvolveram uma técnica prática e eficaz para se verem livres do lixo de suas bancas. “Em ocasião de chuva, vários quitandeiros do mercadinho têm por costume depositar na enxurrada que passa por ali, tudo quanto há de mais repugnante...” Passada a chuva, baixadas as águas, o lixo se acumulava ao longo da rua produzindo insuportável mau cheiro. Em fevereiro de 1885, diante de inúmeras reclamações, a câmara municipal contratou Augusto Francisco Lobo como faxineiro do mercadinho. O emprego de Lobo durou apenas alguns meses, assim como o próprio mercadinho.²⁸

Em primeiro de outubro de 1885, o primeiro mercado de hortaliças de Campinas foi demolido, enquanto um novo mercado de hortaliças era construído no vizinho Largo da Liberdade, em frente ao mercado grande. Seu desaparecimento ampliou o espaço do antigo

Largo do Capim, também conhecido como da Cadeia e do Mercadinho, e que passou a chamar-se então Antonio Pompeu.²⁹

¹ * UNICENTRO/Irati-PR. Doutor em História Social, USP.

[□] Posteriormente, a rua da Cadeia passou a chamar-se rua da América. O endereço do mercado de hortaliças passou a ser então, rua da América n.º 13. **Gazeta de Campinas**, 03/01/1884, n.º 2984, p.4.

² Para maiores detalhes sobre outras funções a que se prestou o prédio da cadeia, entre elas matadouro e escola, veja: LAPA, José Roberto do Amaral, **A cidade. Os cantos e os antros**, São Paulo: EDUSP, 1996, p. 77-83

³ **Gazeta de Campinas**, 07/02/1879, n.º 1542, p.2. A presença de alienados na cadeia de Campinas foi uma constante ao longo do século XIX.

⁴ **Código de Posturas da Câmara Municipal de Campinas, 1872.**

⁵ O capim também era vendido no mercado grande. Veja: **Regulamento do Mercado Público de 1876**, art. 29; Atas da Câmara Municipal de Campinas, 11/12/1876. Daqui por diante: APMC.

⁶ APMC, 27/11/1876; Arquivo da Câmara Municipal de Campinas, **Livro de Correspondências, 1872/1881**, p. 83.

⁷ APMC, 19/01/1880

⁸ APMC, 14/02/1881; APMC, 28/02/1881; APMC, 17/01/1881. **Diário de Campinas**, 06/02/1881, n.º 1579, p.3.

⁹ **Diário de Campinas**, 04/02/1881, n.º 1577, p.2; **Diário de Campinas**, 06/02/1881, n.º 1579, p.3. Os comerciantes que permaneciam o dia todo no mercado pagavam imposto de 120\$000 réis anuais e os ambulantes 5\$000 réis.

¹⁰ **Diário de Campinas**, 05/02/1881, n.º 1578, p.2.

¹¹ APMC, 05/09/1881.

¹² **Regulamento do Mercado de Hortaliças de 1876**, artigos 37, parágrafos 1 e 5, e art. 43.

¹³ Quando o mercado de hortaliças foi inaugurado, vigorava na cidade o toque de recolher para os escravos. Às 22 horas, o repicar do sino da cadeia ou o rufar dos tambores da guarda, avisava os cativos que era hora de ir para casa. Para que pudessem circular após o toque sem ter problemas com a polícia, os escravos precisavam portar uma autorização de seu senhor por escrito. Veja: APMC, 27/02/1872.

¹⁴ APMC, 20/01/1873.

¹⁵ Veja: **Gazeta de Campinas**, 12/06/1873, n.º 364, p.2.; **Gazeta de Campinas**, 19/01/1873, n.º 324, p.2.

¹⁶ Arq.CMC, **Livro de Correspondências-1872/1881**, p.13, 21/01/1873.

¹⁷ Veja: **Gazeta de Campinas**, 08/09/1877, n.º 1125, p.2; **Diário de Campinas**, 08/09/1877, n.º 577, p.1; **Diário de Campinas**, 03/10/1877, n.º 597, p.2; **Diário de Campinas**, 05/10/1877, n.º 599, p.2; **Diário de Campinas**, 11/11/1877, n.º 629, p.2; entre outros.

¹⁸ **Gazeta de Campinas**, 21/10/1884, n.º 3223, p.2.

¹⁹ **Diário de Campinas**, 15/06/1881, n.º 1682, p.2.

²⁰ **Diário de Campinas**, 06/08/1882, n.º 2017, p.2

²¹ **Diário de Campinas**, 11/09/1877, n.º 578, p.4; **Gazeta de Campinas**, 03/01/1884, n.º 2984, p.4; **Gazeta de Campinas**, 14/12/1880, n.º 2090, p.2.

²² APMC, 18/01/1875.

²³ APMC, 10/02/1873.

²⁴ **Diário de Campinas**, 16/02/1889, n.º 3955, p.2.

²⁵ **Diário de Campinas**, 24/08/1882, n.º 2031, p.2.

²⁶ **Diário de Campinas**, 18/05/1883, n.º 2241, p.2; **Gazeta de Campinas**, 08/07/1883, n.º 2837, p.2.

²⁷ **Diário de Campinas**, 31/07/1881, n.º 1719, p.2.

²⁸ **Gazeta de Campinas**, 24/02/1883, n.º 2727, p.1; **Gazeta de Campinas**, 08/05/1883, n.º 2785, p.2; **Gazeta de Campinas**, 06/09/1884, n.º 3186, p.1; APMC, 10/02/1885; APMC, 20/03/1885.

²⁹ **Correio de Campinas**, 02/10/1885, n.º 223, p.1; APMC, 20/05/1886; APMC, 31/05/1886.